

NOAM CHOMSKY: UM AUTOR, DUAS IMAGENS?¹

NOAM CHOMSKY: ONE AUTHOR, TWO IMAGES?

Roberto Leiser Baronas
Universidade Federal de São Carlos / CNPq
São Carlos, São Paulo, Brasil

Júlio Bonatti
Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, São Paulo, Brasil

RESUMO: O presente artigo pretende analisar a construção da dupla imagem do autor Noam Chomsky, linguista e ativista político norte-americano, tendo como fundamento os pressupostos teóricos da análise do discurso, perquiridos pelo teórico francês Dominique Maingueneau, como as três instâncias que compõem o funcionamento da autoria (pessoa, escritor, inscritor) e as dimensões de regulação e gestão da obra de um autor. Analisa-se como os organizadores das obras de Chomsky, nas duas esferas distintas de circulação de seus textos, da linguística e da crítica política, foram responsáveis por fazer emergir, principalmente por meio da cena genérica dos prefácios e introduções de seus livros, duas imagens distintas de um mesmo autor: um *Chomsky duplo* e um *Chomsky único*. Nesse sentido, nos detemos sobre o *ethos* próprio dos respectivos campos do discurso que compreendem as cenas da enunciação das obras de Noam Chomsky, aqui adotadas como *corpus* documental, sobretudo com o intuito de entender como determinadas imagens desse autor foram construídas e legitimadas dentro da instituição da linguística e do ativismo político de formas distintas.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; Autoria; Cenas da enunciação; *Ethos*.

ABSTRACT: This is paper intends to analyze the construction of the double image of the author Noam Chomsky, as linguistic and North American political

¹ Uma versão bastante modificada deste artigo foi publicada como capítulo no livro “Análise do discurso: entorno da problemática do *ethos*, do político e de discursos constituintes”, organizado por BARONAS, R. L.; MESTI, P. C. e CARREON, R. e publicado pela Pontes Editores de Campinas, em 2016.

activist, having as theoretical assumption the Discourse Analysis, raised by the French theoretical, Dominique Maingueneau, as the three aspects that compose the functioning of authorship (person, writer and inscriber) and the scope of management and regulation of an author's works. We aim to analyze how the organizers of Chomsky's works, in two distinct spheres of circulation of his writings, linguistics and political criticism, were responsible for bringing out mainly through the general scene of the prefaces and introductions to his books, two different images of the same author: a double and a single Chomsky. In this sense, we research about the own *ethos* of the respective fields of discourse that include scenes of the enunciation of the works of Noam Chomsky, here taken as documentary *corpus*, especially in order to understand how certain images of this author have been built and legitimized within the linguistic institution and political activism in different ways.

KEYWORDS: Discourse; Authorship; Scenes of the enunciation; *Ethos*.

ALGUMAS POUCAS PALAVRAS INICIAIS

Um pouco na esteira de um Saussure diurno (o do Curso de Linguística Geral - CLG) e de um Saussure noturno (o dos Anagramas), muito se tem dito na academia sobre aquilo que seria o duplo percurso intelectual de Noam Chomsky: de um lado, o ativista político, crítico ferrenho da política externa imperialista norte-americana e, de outro, o linguista inovador que provocou uma verdadeira Revolução (em termos khunianos) nos estudos da linguagem, em meados do século passado. No entanto, essas discussões sobre o duplo Chomsky restringem-se a tomar como objeto de investigação apenas o conteúdo das suas obras. Entendemos, todavia que a obra de um autor tem uma trajetória que ultrapassa os limites do texto e não se restringe simplesmente à correspondência entre especificidades biográficas e elementos de escrita. É preciso olhar também o todo que permeia as formas de produção e de circulação daquilo que se considera uma obra. Nesse sentido, quem a edita, quem a prefacia, que a revisa e a recepção da crítica respectiva à instituição literária na qual ela se inscreve são de suma importância para entendermos determinado autor, principalmente por meio da *imagem de autor* que se constrói.

Antes de pensarmos como se discursiviza a “imagem de autor” ou mesmo o que podemos designar a “sua obra”, cabe dizer que há outras dimensões da ordem do discurso que definem os regimes de enunciação que compõem a autoria. Partimos da concepção de que o discurso se situa além e aquém do texto, do conteúdo de que ele é algo que possibilita entendermos a relação entre o universo da linguagem e um universo que a extrapola, dos lugares da fala, das instituições e condições de emergência que permitem que os discursos sejam produzidos enquanto enunciado e acontecimento.

Um texto literário, filosófico, político ou científico não é um objeto estático: um aerólito miraculoso (para usarmos os termos de Pêcheux, 1981): ele se constitui por todo um conjunto de rotinas editoriais, de ritos genéticos, dentre eles estão as suas edições, as quais sofrem adaptações conforme as demandas de leitura e as exigências de determinados grupos (sociais, econômicos, acadêmicos), em momentos distintos. Ou seja, existem dispositivos que regulam a produção e veiculação dos textos enquanto discurso. De acordo com Michel Foucault, em Aula Inaugural, proferida no Collège de France em 1971, é possível compreender que

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p 8-9).

Dentre as diversas práticas que constituem a ordem do discurso, as formas mais conhecidas usadas ao longo da história por diversas sociedades são os “procedimentos de exclusão”. Esses procedimentos são sistemas de exclusão próprios das instituições que tornam possível o discurso, como as *interdições*, no

que diz respeito às restrições de elementos do desejo e do poder, da sexualidade e da política; e a rejeição ou *afastamento da loucura*, pela oposição “razão *versus* loucura”. Há ainda um terceiro procedimento de exclusão centrado na oposição “verdadeiro *versus* falso”, o qual define os limites do discurso com maior intensidade: é a *vontade de verdade*. Nas palavras de Foucault (1996, p. 17):

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje.

Existe, portanto, um conjunto de rituais que circunscrevem o discurso por meio desses procedimentos de exclusão mais amplos. Nesse entrelace de “interdições”, de “afastamento da loucura” e de “vontade de verdade”, vemos a necessidade de se entender também como operam certos procedimentos internos, pela categoria de “rarefação dos discursos”, nas formas de controle da sua transitoriedade ou acaso. Segundo Foucault (1996, p. 21):

Pode-se, creio eu, isolar outro grupo de procedimentos. Procedimentos internos, visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso.

Deparamo-nos com aquilo que Foucault chama de “uma espécie de desnivelamento entre os discursos”. Haveria, então, uma diferença entre os discursos que *se dizem* e os discursos que *são ditos*. Assim, vemos a necessidade de se compreender também *aqueles que dizem*, ou melhor, os indivíduos que organizam os acasos das múltiplas possibilidades dos discursos, que inauguram as condições de possibilidade para que o texto *seja dito*.

Apresenta-se, assim, um modo específico para tratar esses discursos que se restringem a um grupo distinto que fala, dos que assumem uma forma de distinção pela identidade que se atribui à *origem* do discurso: deparamo-nos com o problema da “autoria”. Ao delimitarmos o que vem a ser o conceito de autor, temos, de acordo com Foucault, a seguinte concepção: “O autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (1996, p. 22). Em outras palavras, o autor atuaria na função de limitar os infindáveis *discursos que se dizem*, os “acasos” em que aparecem os discursos em sua *espontaneidade anônima*, sendo submetido a regras próprias de um grupo que possibilita e habilita a emergência desse lugar específico da fala que ele assume. No caso do autor “escritor”, esse lugar da fala é ainda mais restrito, situado em uma espécie de “sociedade do discurso”. Como afirma Foucault (1996, p. 26):

A diferença do escritor, sem cessar oposta por ele mesmo à atividade de qualquer outro sujeito que fala ou escreve, o caráter intransitivo que empresta a seu discurso, a singularidade fundamental que atribui há muito tempo à ‘escritura’, a dissimetria afirmada entre a ‘criação’ e qualquer outra prática do sistema linguístico, tudo isto manifesta na formulação (e tende, aliás, a reconduzir no jogo das práticas) a existência de certa ‘sociedade do discurso’.

Mediante esse conjunto de práticas e procedimentos reguladores do discurso, que funciona como uma espécie de filtro, tornando efetiva a organização desse grupo, o qual tem um lugar de destaque entre os sujeitos que falam, é possível interpretarmos com um olhar mais acurado o exercício da escrita e o conceito comum de autor. Rompe-se com aquilo que seria a *imanência* da obra e do autor, da genialidade, do criador. Com efeito, lançando mão de concepções da análise do discurso perscrutadas pelo linguista francês Dominique Maingueneau (como: instâncias da autoria, regulação, *ethos*, entre outras), haveria outros questionamentos para entender como se configura a “função autor”.

UM POUCO DE TEORIA

Em primeiro lugar, é preciso pensar além da divisão estanque entre “contexto” e “texto”. O texto não seria simplesmente um objeto definido por consequência de um contexto, numa relação de causa e consequência. Pelo contrário, o texto também gere, administra o contexto, numa relação que é de mão dupla: o caráter discursivo do texto não é um *locus* insular, isolado, mas o resultado de uma produção complexa, a qual é regulada por normas específicas do discurso, definidas sócio-historicamente. Não há uma distinção entre o “eu profundo” do texto e o “eu social” do contexto. No acontecimento enunciativo, temos a *atividade enunciativa* e a organização textual. A enunciação se dá enquanto representação, mas, acima de tudo, é parte integrante do mundo que representa, funcionando como geradora e gestora da sua própria emergência no mundo como fato e enunciado. O conceito de “cena de enunciação” de Dominique Maingueneau (2008), que parte do princípio de que os sujeitos ao falarem colocam-se em cena, ilustra bem essa definição:

Essa ‘cena de enunciação’ se compõe de três cenas, que propus chamar ‘cena englobante’, ‘cena genérica’ e ‘cenografia’ (MAINGUENEAU, 1993). A *cena englobante* atribui ao discurso um estatuto pragmático, ela o integra em um tipo: publicitário, administrativo, filosófico... A *cena genérica* é a do contrato associado a um gênero ou a um subgênero do discurso: o editorial, o sermão, o guia turístico, a consulta médica... Quanto à *cenografia*, ela não é imposta pelo gênero, mas construída pelo próprio texto: um sermão pode ser enunciado por meio de uma cenografia professoral, profética, amigável etc. (MAINGUENEAU, 2008, p. 70)

Assim, é difícil pensar os eixos do texto e do contexto fora das cenas de enunciação que garantem a sustentação e emergência de um dado discurso. Com efeito, há algo que envolve a enunciação e não aparece *explicitamente* no enunciado: é o conceito de *ethos*. Não nos referimos ao “*ethos* retórico” de Aristóteles, de um componente que leva ao convencimento do público pela percepção de traços do *caráter* do enunciador – virtude, prudência e benevolência –, mas ao *ethos* descrito por Dominique Maingueneau, que se define ao mesmo tempo no discurso, internamente, e no que seria um *pré-discurso*, ou representações prévias do locutor que o destinatário possui, conforme os limites postos pelas cenas de enunciação. Como diz Maingueneau:

Além da persuasão pelos argumentos, a noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a determinado posicionamento. Esse processo é particularmente evidente quando se trata de discursos como a publicidade, a filosofia, a política etc., que – diferentemente dos que decorrem de gêneros ‘funcionais’, como os formulários administrativos ou instrucionais – devem ganhar um público que está no direito de ignorá-los ou de recusá-los. (MAINGUENEAU, 2008, p. 64)

Nesse sentido, concebendo o “texto” à luz de um *ethos* da enunciação, podemos deslocar o enunciador para ser compreendido também por meio das dimensões próprias da autoria. O autor não se reduz a uma *posição*, ou apenas àquele que exerce a função enunciativa do texto em certo momento. No processo de subjetivação das formas do discurso, tem-se comumente a impressão de que a “função autor” se divide entre um “sujeito empírico” e um “nome”. Porém, para Maingueneau não é suficiente pautar a análise do funcionamento da autoria sobre a dualidade “escritor e enunciador”, ou seja, por um princípio “que distingue um ‘escritor’, um ser de carne e osso dotado de um estado civil, e um ‘enunciador’, correlato de um texto”.

É preciso abordar a compreensão da autoria de maneira mais ampla, centrando-se sobre três instâncias distintas e não duas que separam formalmente um “sujeito biográfico” de um “sujeito enunciator”. Essas instâncias são definidas por Maingueneau (2006) como a *pessoa*, o *escritor* e o *inscritor*:

A denominação ‘a pessoa’ refere-se ao indivíduo dotado de um estado civil, de uma vida privada. ‘O escritor’ designa o ator que define uma trajetória na instituição literária. Quanto ao neologismo ‘inscritor’, ele subsume ao mesmo tempo as formas de subjetividade enunciativa da cena de fala implicada pelo texto [...] e a cena imposta pelo gênero do discurso: romancista, dramaturgo, contista... O ‘inscritor’ é, com efeito, tanto enunciador de um texto específico como, queira ou não, o ministro da instituição literária, que confere sentido aos contratos implicados pelas cenas genéricas e que delas se faz o garante. (MAINGUENEAU, 2006, p. 134)

Ou seja, no entendimento de Dominique Maingueneau, é possível estudar o funcionamento da autoria a partir do que está no texto como aquilo que reflete o autor: pelos atributos sociais e individuais de um sujeito biográfico, a *pessoa*; pela sua inserção em uma determinada cena englobante, um meio literário, o *escritor*; e também por meio de uma função estética, o texto em sua cenografia, o *inscritor*. Mas o autor não é a fonte de enunciação dos seus textos, e sim um dos meios pelos quais eles tomam significado. Ao mesmo tempo em que escreve seus textos, o autor não tem autonomia da *gestão* de sua *obra*. Portanto, deve-se considerar a instituição em que se inscreve a obra de um autor e suas regras próprias, em do contexto sócio-histórico de produção dos textos.

Por meio da articulação das três instâncias da autoria, mobilizadas isoladamente ou em conjunto por quem organiza a obra de um autor, faz-se importante a compreensão dos meios pelos quais se dá a criação de uma *imagem de autor*. A construção dessa imagem escapa à esfera simples da elaboração ou *escritura* do texto, ultrapassando o que seria a dimensão da “figuração” do autor – como ele se porta no campo do discurso e na cena genérica em que se inscreve: se dá entrevistas, se frequenta círculos políticos, se participa de centros de pesquisa, se assina manifestos, se lidera grupos sociais, se publica blogs na internet, se ministra aulas, cursos ou se se mantém isolado do público. Além dessa dimensão em que *figura* a imagem do autor, existem procedimentos de *regulação* dos textos que são responsáveis por *reescrever* determinada obra na medida em que se criam imagens distintas de um mesmo autor. De acordo com Maingueneau (2006):

De modo geral, um manifesto ou um prefácio têm como função principal pôr as obras em conformidade com as normas, seja para mostrar que se seguem as normas existentes ou para propor soberanamente as do autor. Essa função de ‘regulação’ também tem relação com colocar em perspectiva um texto, seu perfil com referência ao que poderíamos chamar de a *Opus*, isto é, a trajetória de conjunto em que cada obra singular assume um lugar. (MAINGUENEAU, 2006, p. 143)

A dimensão da regulação constitui-se, portanto, na negociação da imagem do autor, que implica a restrição, a aprovação ou o incentivo a um tipo de circulação, bem como a escolha de prefaciadores e de comentadores diversos para a inserção de sua obra em determinados campos do discurso. Em síntese, cria-se

uma maneira diferente de ler os textos de um autor por meio de sua imagem. A título de ilustração, podemos ver como gêneros “privados” do discurso, como correspondências do sujeito biográfico, da *pessoa*, passam ao domínio “público” do *autor* pela gestão de sua obra. Surgem assim novos livros, textos inéditos, cartas² etc. que são publicados, constituindo uma forma de gerir o contexto da imagem do autor. E, no processo de construção da imagem do autor, vemos momentos de releituras, de reedições, ou seja, a produção de novas imagens³ ou recrudescimento de imagens já criadas.

UM POUCO DE ANÁLISE

Nesse sentido, estabelecidos os diversos princípios que permeiam a criação da imagem de um autor, pode-se analisar como esse fenômeno se dá tomando um autor como objeto específico de estudo. Apresenta-se, assim, como tema proposto pelo presente artigo a construção da imagem do autor norte-americano Noam Chomsky, um escritor que atua em uma dupla fronteira epistemológica, que ocupa um lugar de destaque no campo da linguística e do ativismo político por meio de suas obras.

Com a publicação dos livros *Syntactic Structures* e *Aspects of the Theory of Syntax*, nas décadas de 1950 e 1960, respectivamente, um tipo de debate sobre os limites teóricos e práticos da linguística foi levantado por Noam Chomsky, o qual sofreu mudanças ao longo do tempo com a própria aceitação e crítica à gramática gerativista e transformacional por ele estabelecidas – mudanças essas que, além de configurarem a introdução da imagem do autor Chomsky na lista de importantes linguistas, inauguraram uma nova área de inserção da linguística americana, que passava a ser pensada fora do campo do estruturalismo bloomfieldiano, epistemologia dominante no contexto acadêmico norte-americano. Obras que inauguraram um novo Programa de Investigação Científica, nas ciências da linguagem, nos termos de Imre Lakatos (1973).

² Um bom exemplo da pertinência da afirmação de Dominique Maingueneau de como gêneros “privados” do discurso, como correspondências do sujeito biográfico, da *pessoa*, passam ao domínio “público” do *autor* pela gestão de sua obra é a publicação do livro *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade anotadas pelo destinatário* com posfácio André Botelho e publicada pela Companhia das Letras, em 2015.

³ A título de exemplo citamos a recente descoberta de um poema inédito de Machado de Assis por parte do pesquisador do Departamento de Letras da UFSCar, Wilton Marques. O poema inédito “O grito Ipiranga” foi publicado no jornal *Correio Mercantil*, em 07 de setembro de 1856, mas não havia sido coligido pelos estudiosos de Machado de Assis. A descoberta desse poema com um conteúdo bastante ufanista, de louvação ao Brasil, em um jornal carioca que à época gozava de bastante prestígio, ajuda na construção de uma imagem distinta do autor Machado de Assis, que até então predominava na sua fortuna crítica.

Segundo alguns comentaristas da obra de Chomsky, seria possível falar em uma “revolução chomskyana”, que afetou não somente a linguística como também a filosofia, a psicologia e até mesmo a neurociência. Como disse o linguista inglês Neil Smith (2000, p. vi) no prefácio do livro *New Horizons in the Study of Language and Mind*: “Chomsky’s position on the world intellectual scene is unique. He was the leading figure in the “cognitive revolution” of the 1950s and 1960s, and he has dominated the field of linguistics ever since.”

A despeito do que diz Neil Smith, os postulados de Chomsky são vistos de formas controversas, gerando um amplo debate sobre os problemas típicos da linguagem, *grosso modo*, se ela é uma faculdade *inata* do ser humano ou se é *adquirida* socialmente. Não obstante a toda discussão levantada sobre os limites da teoria chomskyana de uma “gramática universal” e seus desdobramentos, sua obra galgou um status de “leitura obrigatória” para qualquer estudioso que se dedique à área da linguística – “You may not agree with Chomsky’s work, but it would be both short-sighted and unscholarly to ignore it.”

Somado a esse grau de importância da circulação de parte da sua obra nos debates das ciências da linguagem, Noam Chomsky também é amplamente conhecido no meio internacional por seus escritos sobre política, como um crítico do sistema capitalista, das práticas imperialistas dos EUA. A designação de “ativista político”, que comumente acompanha as descrições do perfil de Chomsky, é uma imagem construída e bem consolidada no quadro geral da gestão de sua obra. Em 2005, Chomsky foi eleito o intelectual mais influente do mundo pela Revista Britânica *Prospect*. E a *The New York Times Book Review* declarou em 1979 que Chomsky podia certamente ser considerado “o maior intelectual vivo” do Ocidente.

Portanto, há um “percurso” de gestão de determinadas obras de Chomsky por meio do qual vemos circular imagens distintas de um mesmo autor. E as imagens construídas de Chomsky nos prefácios e introduções de suas obras, dado todo o funcionamento da autoria como pano de fundo, se dividem pelo menos em duas: a imagem do *duplo Chomsky*, um autor de faces separadas por um crivo estanque – o Chomsky que divide seus trabalhos ora como “o linguista”, ora como “o ativista político” –; e a imagem pela qual se enxerga um “todo”, uma correspondência direta entre as obras desse autor, um *Chomsky único* – o “linguista ativista político”.

Na emergência de cada imagem do autor Noam Chomsky, há um debate mais profundo, que ultrapassa os limites dos seus respectivos textos. Com efeito, entendemos que o texto não fala por si, mas responde a um problema posto pelo pesquisador; contudo, o tipo de cena genérica em que se inscreve o texto engendra um quadro de possibilidades que conduz e justifica certos questionamentos. Assim, pelas obras de Noam Chomsky, organizadas a partir da compilação de textos avulsos, de palestras, de artigos, de capítulos de livros e de entrevistas, se coloca um problema a resolver que, em última instância, define-se pela compreensão da criação de imagens de autor mediante leituras induzidas conforme a edição dos seus textos, o que revela a inserção de uma obra em determinado campo do discurso.

Não se trata no nosso entendimento de fenômenos autorais semelhantes ao do Primeiro ou do Segundo Wittgenstein, ou do Foucault da Arqueologia, ou da Genealogia ou mesmo da Ética e estética de si, ou ainda do Michel Pêcheux da Primeira, Segunda ou Terceira Época, pois nesses casos não há um gerenciamento da obra desses autores por parte dos seus prefaciadores ou até mesmo de seus comentadores. São os próprios autores que desenharam a arquitetura de suas obras a partir de distintos canteiros de trabalho.

É possível pensar, então, como certas formas de gestão e regulação da obra de Noam Chomsky, nos dois campos distintos de circulação de seus textos, da linguística e do ativismo político, são responsáveis pela construção de imagens que, ora dividem, ora compõem, ora destacam determinada face desse autor.

No intuito de entender como são construídas as imagens de um autor, seguindo os pressupostos teóricos da análise do discurso, perquiridos por Dominique Maingueneau, como as três instâncias da autoria (pessoa, escritor e inscritor), devemos interpretar o processo que leva à emergência das imagens do autor Noam Chomsky para além de seus textos – não entrando no mérito da discussão sobre os “limites” ou “validade” de sua teoria linguística da gramática gerativista-transformacional, ou mesmo em torno da pertinência de suas críticas à política militar imperialista estadunidense.

É preciso compreender esse duplo autor Chomsky além da esfera do *inscritor*, bem como da sua *pessoa*, das polêmicas em que ele se envolveu, e além do seu estabelecimento nas cenas do ativismo político e da linguística como *escritor*.

É, portanto, analisá-lo por meio da mobilização dessas três instâncias na construção de sua imagem ao longo das cenas genéricas que acompanham seus textos editados, as quais são parte indissociável daquilo que se entende por uma *obra*. Nesse sentido, selecionando uma maneira de gestão e criação da imagem do autor, como a cena genérica dos prefácios e introduções, temos condições de analisar como são construídas as imagens de um *duplo Chomsky* e de um *Chomsky único*.

Pode haver a sobreposição de uma instância da autoria sobre as demais conforme a regulação que se faz de determinada obra – e isso revela uma opção em fazer emergir esta ou aquela imagem de autor. Em outros termos, a forma de gestão desses textos de Chomsky pelos prefácios e introduções deixa transparecer como são mobilizadas com maior destaque certas instâncias da autoria, ora da *pessoa*, ora do *escritor*, ora do *inscritor*, naquilo que vem a ser o processo de produção da imagem de um autor duplo ou não, conforme o espaço em que se vincula a circulação do texto.

Dessa forma, entendemos que a gestão das obras de Noam Chomsky, principalmente nas que são fruto da organização de textos compilados, demonstra a opção por esta ou aquela instância da autoria na construção de determinada imagem de Chomsky, que convém às regras discursivas próprias do meio de circulação instituído. Pode-se levantar a hipótese de que é por essa razão que nos livros estritamente de linguística de Chomsky não *cabe* certo tipo de autor: omite-se a *pessoa* do anarquista e o *escritor* que escreve textos de denúncia à política externa dos EUA; e, no sentido oposto, nos textos estritamente de crítica política

vemos a construção da imagem de um autor que procura se distanciar o máximo possível do *ethos* de um Chomsky professor do MIT e do escritor das teses linguísticas restritas a um núcleo acadêmico pela cena genérica e rigor teórico-metodológico adotados.

A título de ilustração, em um dos livros aqui adotados para corroborar essa hipótese, *Chomsky: Selected Readings*, editado na Inglaterra em 1971, não há nenhuma menção aos escritos políticos de Chomsky. Nesse livro, somente uma imagem é levantada, a qual insere Chomsky no campo do “discurso científico puro” da linguística. Como afirmam seus editores J. P. B. Allen e Paul Van Buren: “*The technique of selection has necessitated many small omissions and some manipulation of the cross-paragraph references in the extracts from Chomsky’s work.*” (1971, p. 15 - grifos nossos).

A escolha e mesmo a “omissão” deste ou daquele traço do autor Chomsky nos respectivos livros de “política” e de “linguística” deve-se às restrições instituídas pelo espaço de circulação da obra. No caso do livro *Chomsky: Selected Readings*, ele pertence a uma coleção da Oxford University Press intitulada “*Language and Language Learning*”, destinada a leitores que buscam textos de introdução aos estudos da linguagem e não textos de crítica ao imperialismo americano.

O exposto evidencia que as diferentes construções da imagem de autor partem de campos do discurso estabelecidos por *ethé* distintos. Para os gestores dos textos de Chomsky que circulam no campo da política, como vemos no prefácio do livro *Understanding Power: the indispensable Chomsky*, a imagem que se cria, e que indica um percurso de leitura para se entender “o Chomsky indispensável”, não passa pelo teórico da linguística – como mostra a seguinte passagem, a qual sequer menciona algum “tópico” de linguística dos trabalhos de Chomsky (2002, p. xi - grifos nossos):

This book brings together the work of one of the most remarkable political activists and thinkers of our time. The discussions span a wide array of topics – from the workings of the modern media, to globalization, the education system, environmental crises, the military-industrial complex, activist strategies, and beyond – and present a revolutionary perspective for evaluating the world, and for understanding power.

Diante disso, essas imagens aparentemente distintas de Chomsky, de um autor construído pela regulação do campo da linguística e de outro autor construído pelo campo do ativismo político, de fato nos levam a uma mesma imagem: a de um autor duplo, como se houvesse um Noam Chomsky dividido em *duas pessoas, dois escritores e dois inscritesores*. Para melhor corroborar essa hipótese, vejamos o que diz o linguista Neil Smith (2000, p. vi - grifos nossos) no prefácio do livro *Prefácio*, ao se referir a um trabalho feito por Chomsky, ainda na sua época de graduação, sobre estudos da língua hebraica:

The issues he touched on then have burgeoned to define a field of inquiry to which he is still contributing fifty years later, and which is in large part the product of his genius. Yet this intellectual odyssey has taken only half his time. The other half has been devoted to political activism, exposing the perceived lies of Government and the hidden agenda of the corporate establishment.

O prefaciador apresenta as “duas metades” de Chomsky, um autor que “metade do seu tempo” escreve sobre linguística e “na outra metade” se ocupa de escritos políticos, como se fossem dois autores distintos. Contudo, há a construção de uma imagem de autor que segue no caminho oposto: para alguns gestores da obra de Chomsky, é possível encontrar um “equilíbrio” entre o linguista e o ativista político.

Podemos ver tal asserção claramente no livro *The Chomsky Reader*, organizado por James Peck. No prefácio, Peck mobiliza todas as instâncias da autoria dando uma ideia de *coerência* ao autor Chomsky: o inscritor que tem a habilidade de “fazer transparecer a verdade”: “His tenacity is extraordinary. It is there in the skillfully crafted logical character of his writings, the careful gathering of evidence, the undiminished ardor over the years to expose the mystifications so continually used to conceal the truth.” (Peck, J. in Chomsky, 1987, p. 08 – grifos nossos); o mesmo inscritor da política e da linguística que “faz o desconhecido parecer óbvio”: “And Chomsky has an uncanny ability, as do many great thinkers, to make the unknown ultimately appear obvious. This is a true of his world-famous work in linguistics as of his political analyses.” (Peck, J. in Chomsky, 1987, p. 09); a pessoa e o escritor “dissidente”: “In all American history, no one’s writings are more unsettling than Noam Chomsky’s. He is among our greatest dissenters.” (Peck, J. in Chomsky, 1987, p. 09 – grifos nossos).

E essa imagem do “*dissenter*” se constrói muito facilmente com a combinação das instâncias da pessoa e do escritor político, posto que, como define Peck, Chomsky mantém suas posições de dissidente devido a uma força de caráter: “Such a radical stance is hard to sustain. Even our most famous dissenters have often turned back from what they saw. Their insights became too painful. [...] But Chomsky does not turn back. He relentlessly pursues what he sees.” (Peck, J. in Chomsky, 1987, p. 10 – grifos nossos). É possível enxergar um “telos” na construção da imagem pela pessoa, pelo escritor e pelo *inscritor* que compõem a vida e a obra de um Chomsky “dissidente”.

Ainda segundo esse mesmo princípio, na circulação dos textos de Chomsky em que o *ethos* do “linguista ativista político” emerge, como em *The Chomsky Reader*, a imagem construída pelos gestores põe em circulação não *um autor duplo*, mas *um autor único*, em que o “racionalismo e universalismo” presentes em seus textos de linguística dariam sustentação para se mobilizar o *ethos* de “compromisso com a verdade” nas obras de críticas políticas. Ademais, a forma de mobilização das instâncias da autoria é conduzida para se tentar provar uma correspondência lógica que dê *coerência à contradição* de um autor que é um anarco-sindicalista crítico do imperialismo americano e ao mesmo tempo

professor do MIT, uma instituição de ensino e pesquisa que alimenta o poderio dos Estados Unidos em diversas esferas.

Nesse processo de construção da imagem de autor, onde o linguista e o ativista político são concebidos indissociavelmente, podemos notar uma disputa de cunho maior no campo das ideias: o “Chomsky único” não emerge em determinados prefácios de forma trivial – essa imagem tem um propósito de reiterar e atualizar o *ethos* do “engajamento intelectual”, daquele que rompe o silêncio diante dos crimes contra a humanidade cometidos em nome das razões de Estado, o qual se insere numa cronografia própria da atividade intelectual alimentada desde fins do século XIX. E a mobilização de uma imagem que une o duplo Chomsky, nesse sentido, é fundamental como forma de gestão de sua obra para inseri-lo no campo de um percurso intelectual que se afasta do *ethos* do *acadêmico tradicional* e do *discurso dos especialistas*, exigindo uma ligação de necessidade entre o “fazer ciência” e a prática de um “projeto político” de mundo: entre o “interpretar o mundo” e o “mudar o mundo”⁴, que se estabelece na definição do “engajamento intelectual”. Essa ideia de posicionamento intelectual referenda-se em um princípio de ação que podemos definir nas próprias palavras de Chomsky (2007, p. 50):

Compare Russell a Einstein, dois líderes, quase a mesma geração. Eles concordavam quanto aos graves perigos que a humanidade enfrentava, mas escolheram caminhos diferentes para responder a eles. Einstein respondia levando uma vida confortável e dedicando-se a pesquisar o que ele adorava, tirando apenas alguns momentos para uma declaração doutrinária ocasional. Russell respondia liderando manifestações e deixando-se arrastar por policiais, escrevendo extensamente sobre os problemas da época, organizando tribunais para crimes de guerra etc.

Essa definição de intelectual é um dos pontos de partida para que, na regulação de determinadas obras de Chomsky, se construa uma imagem de autor à luz de um *ethos* do *compromisso dos intelectuais* – como um Bertrand Russell “liderando manifestações e deixando-se arrastar por policiais” –, oposto ao anti-*ethos* dos *intelectuais da torre de marfim* – como um Albert Einstein que passa o tempo “levando uma vida confortável e dedicando-se a pesquisar o que ele adorava”.

⁴ “*Interpreting the world*” e “*Changing the world*” é a forma como Chomsky dividiu seu pronunciamento na primeira aula em homenagem ao filósofo inglês Bertrand Russell, no Trinity College, em 1971. Nessa aula, Chomsky estabelece os dois princípios que distinguem o *ethos* do “engajamento intelectual” a partir do percurso das ideias e do ativismo político de Russell. (Cf. Idem. **Problems of Knowledge and Freedom**. New York: The New Press, 2003).

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que há um “finalismo” que bem serve à construção dessa imagem de um “autor indissociável”, que é a imagem do *intelectual Noam Chomsky*. Isso podemos divisar claramente se tomarmos os princípios de funcionamento da autoria concebidos por Dominique Maingueneau, aferindo como esse autor “Noam Chomsky engajado” foi construído pela mobilização do *ethos* da “pessoa engajada” e do “escritor da política”, conforme a necessidade e os recortes próprios da dimensão de regulação de suas obras.

Há a construção de certa imagem de Noam Chomsky pela forma de organização e edição de seus livros, o que constitui de fato a “gestão de sua obra”. No caso dos livros originados da compilação de textos esparsos de Chomsky, aquilo que foi produzido de modo fortuito, ganha o estatuto de “obra”, um sentido de conjunto, uma unidade “teleológica”. Ultrapassando os limites da produção e publicação específica de cada um dos textos compilados, em seus gêneros variados, cria-se o compêndio de um “leitor de Chomsky”. Cria-se um contexto maior de *autoralidade*: o que era um texto restrito, uma entrevista, por exemplo, passa a integrar “a obra do autor”, assume o critério de uma “universalidade” das *ideias de Chomsky*.

Em suma, por essas formas de gestão das obras de Chomsky, se efetivam a construção de duas imagens de autor distintas e que não dialogam entre si: um *autor duplo*, de duas faces opostas, que ora é enunciador do campo da linguística e ora do campo da crítica política; e um *autor único*, de um enunciador que não pode ser concebido fora dessas duas áreas de atuação, de um escritor da linguística e da política que se legitima pela coerência teórica e prática de suas obras. O que implica confirmar por um lado que a imagem de autor está umbilicalmente relacionada ao percurso interpretativo que os gestores da obra de um autor dão a uma ou outra(s) instância(s) da autoria (*pessoa, escritor, inscritor*) e, por outro, que o autor é autor de seus textos, mas não é o único sujeito que administra a sua obra.

REFERÊNCIAS

BARSKY, Robert. *Noam Chomsky: a vida de um dissidente*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2007.

CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. London: Mouton, 1957.

_____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.

_____. *Chomsky: Selected Readings*. (edited by J. P. B. Allen and Paul Van Buren), London: Oxford University Press, 1971.

_____. *The Chomsky Reader*. (edited by James Peck), New York: Pantheon Books, 1987.

_____. *New Horizons in Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. *Understanding Power: The Indispensable Chomsky* (edited by Peter R. Mitchell and John Schoeffel). New York: The New Press, 2002.

_____. *Problems of Knowledge and Freedom*. New York: The New Press, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Discurso Literário*. São Paulo: contexto, Tradução de Adail Sobral. 2006.

_____. *Cenas da Enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *L'étrange miroir de l'Analyse du Discours*. In: *Langages*, Paris, nº 62, p. 5-8, juin. 1981.

SMITH, N. *Prefácio*. In: CHOMSKY, N. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

Roberto Leiser Baronas
Baronas@ufscar.br

Júlio Bonatti
JulioBonatti@hotmail.com

Recebido em: 3 fev. 2018
Aceito em: 2 mar. 2018
Publicado em: 19 ago. 2018